MANGUALDE
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 7/2021

------**PRESIDÊNCIA:** Elisio Oliveira ----------

------**1.º/ª SECRETÁRIO/A:** Jaime Pinto----------

------**2.º/ª SECRETÁRIO/A:** Filomena Ferreira ----------

------Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, no Auditório da Biblioteca Municipal de Mangualde, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mangualde, que havia sido convocada nos termos legais e regimentais no passado dia dezassete de dezembro.----------

------Sendo vinte e uma horas e dez minutos foi feita a chamada, verificando-se a ausência do seguinte membro municipal, senhor: João Ricardo Cabral Albuquerque, da coligação PSD/CDS.----------

------Justificou a falta o senhor: João Ricardo Cabral Albuquerque.----------

------Nos termos do artigo 78º e 79º, do Decreto-Lei n.º Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e demais diplomas, o senhor João Ricardo Cabral Albuquerque, fez-se substituir na presente sessão da Assembleia Municipal pela senhora Patrícia Isabel Diogo Almeida.----------

------Estiveram presentes os senhores: presidente da Câmara Municipal, Marco Almeida, vice-presidente da Câmara Municipal, João Pedro Cruz, e os vereadores Maria José Coelho, Rui Costa, do PS, Joaquim Patrício e Fernanda Monteiro, da coligação PSD/CDS.----------

------**LEITURA, DISCUSSÃO e VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR**: Procedeu-se à votação da ata da sessão ordinária, de treze de outubro de 2021, a qual foi aprovada por unanimidade.----------

----- Nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, do Anexo do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participou na aprovação da ata o membro que não esteve presente na sessão mencionada, nomeadamente: Rui Manuel Domingos Marques, presidente da Junta de Freguesia de Quintela de Azurara.----------

MANGUALDE
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Procedeu-se à votação da ata da sessão extraordinária, de dois de novembro de 2021, a qual foi aprovada por unanimidade.----------

----- Nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, do Anexo do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participou na aprovação da ata o membro que não esteve presente na sessão mencionada, nomeadamente: Jorge António Loureiro Marques, presidente da União de Freguesias de Moimenta do Dão e Lobelhe do Mato.----------

------PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

------ANÁLISE DA CORRESPONDÊNCIA: **----------**

----- O senhor *presidente da Assembleia Municipal* leu a correspondência recebida, ficando à disposição dos membros da Assembleia.----------

------INTERVENÇÃO dos MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANGUALDE e/ou EXECUTIVO: **----------**

----- O senhor *António Monteiro*, presidente da Junta de Freguesia de Espinho interveio para fazer uma resenha sobre os tempos difíceis que vivemos, devido ao desafio pandémico, mas que, no entanto, nos fazem saltar ainda mais o espírito de resiliência, de colaboração, a vertente mais humanista, mais solidária nas vivencias do cidadão. ---

----- As autarquias locais, devido á proximidade com as populações, reforçam a coesão territorial, social, bem como na defesa, dos valores essenciais á nossa condição humana, como a partilha.----------

----- Agradeceu à Câmara Municipal por demonstrar que é atenta e solidária, o senhor Dr. Marco Almeida era um homem tolerante e de consenso, e estava certo de que este mandato será pautado pela evolução, modernização, pelo desenvolvimento. ----------

----- A senhora deputada *Maria Cunha* solicitou que no próximo ano a sessão da Assembleia Municipal de dezembro fosse numa data mais cedo, e questionou sobre os passes escolares e sociais, estes últimos eram mais baratos que os escolares.----------

----- Também a questão das matilhas de cães, e dado que Mangualde fez parte do CROI, (Centro de Recolha Oficial Intermunicipal de Cães e Gatos), sabendo-se que este não tem, nem terá no futuro, capacidade para albergar tantos animais abandonados, questiona o que pretende a autarquia fazer para resolver a situação.----------

----- Sobre o IC12, o que saiu na comunicação social, foi que o senhor presidente da Câmara Municipal não desistia deste troço, pelo que gostaria de saber como é que o município de Mangualde iria pressionar o governo para este fosse concluído.----------

----- A senhora *Sara Sousa* elogiou a iniciativa da Câmara Municipal de Mangualde de apoiar o comercio local através dos vouchers entregues a alguns consumidores, famílias carenciadas, funcionários, e crianças, no valor total de cerca de 16000,00€ (dezasseis mil euros). ----------

----- Como membro do CROI, sabia que este Centro fez um investimento elevado recentemente, com apoios de todos os municípios envolvidos, e apelava a que se adotassem animais para que possam existir mais vagas para os cães e gatos. Sabia que a Câmara Municipal de Mangualde tinha previsto a construção de um parque urbano para acolher matilhas, com condições próprias para os animais. Havia ainda que educar a população, muitos animais eram abandonados, e é um facto que eles se reproduzem.---

----- A senhora *Catarina Lourenço* questionou sobre a Rua Diamantino Furtado, visto que já houve fotografias publicadas daquele local, em que termos houve resolução, nomeadamente se o promotor aceitou acabar a obra, caso não tenha aceitado, como vai ser resolvida a questão. ----------

----- Relativamente ao Programa de Apoio á Habitação, gostaria de saber para quando está previsto o recebimento da verba constante do Protocolo, 7500000,00€ (sete milhões e quinhentos mil euros), e destinada a construção, reabilitação, e arrendamento para subarrendamento, e como será feita essa construção, onde se prevê que ela seja edificada, e relativamente á reabilitação, se há algum bairro ou bairros já escolhidos.----------

----- Por fim a bancada da coligação do PSD/CDS, parabenizou a JSD, JS e Associação Jovens do Castelo pela criação do programa "Caixa Solidária", onde várias empresas e particulares puderam contribuir com alimentos e roupas para ajudar os carenciados.-----

----- O senhor deputado *João Tiago* retorquiu que a Câmara Municipal de Mangualde, o seu presidente, Marco Almeida, não desistia do IC12, assim como o PS. Era um facto

que o IC12, também designada por A35, ainda consta do Plano Nacional Rodoviário e poderia demorar mais dois ou dez anos, mas não iriamos abdicar desta obra.----------

----- O senhor *António Fortes* mencionou a posição tomada pela Câmara Municipal de Viseu relativamente á Barragem de Fagilde, que é um empreendimento estruturante para toda a região, pelo que questionava qual era a posição da autarquia de Mangualde. Neste seguimento, e tendo sido expropriado de terrenos naquela área, gostaria de saber o que vai acontecer, se continua a expropriação e continua o projeto da futura Barragem, ou se fica sem efeito e os terrenos livres de expropriação. ----------

----- O senhor deputado *Fernando Monteiro*, em nome da bancada da coligação PSD/CDS, sugeriu que fosse feita uma campanha junto das Escolas, sobre os ecopontos, que a Câmara Municipal e a empresa de recolha de resíduos, Planalto Beirão, fornecessem ecopontos em miniatura para as crianças e os pais, que são os mensageiros, ensinarem as crianças a separar o lixo. Sugeria ainda que o Planalto Beirão, que é quem leva a maior verba da Câmara Municipal, e esta, criassem um ecoponto tipo alçapão para o deposito do cartão, ou então colaborar com alguma empresa de recolha de cartão que até o poderá fazer gratuitamente.----------

----- A senhora *Ana Lage* sugeriu que fosse reforçada a capacidade de testagem ao Covid19, de modo a quebrar mais rapidamente as cadeias de transmissão, talvez se se instalasse um novo posto de testagem num sítio visível e de fácil acesso, com mais simplicidade na marcação e atendimento. ----------

----- A senhora *Patrícia Almeida* disse que faltava uma aposta nos jovens e nas políticas jovens, havia a necessidade de fixar jovens, para combater o êxodo e a demografia, pelo que a coligação do PSD/CDS propunha uma minoração da taxa de IMI de 20% a vigorar no próximo ano, para sujeitos passivos com, e até trinta e cinco anos. ----------

----- O senhor deputado *João Tiago* disse que a proposta da coligação, se fosse para vigorar para este ano, deveria ter sido apresentada pelos vereadores á Câmara Municipal, antecipadamente, pelo que esta proposta não poderá ter efeitos práticos.----------

----- A senhora *Catarina Lourenço* informou que os senhores vereadores da coligação apresentaram propostas atempadamente para serem incluídas no orçamento municipal,

acontece que este foi apresentado aos mesmos vereadores dois dias antes de ser votado, no entanto solicitava que esta proposta fosse tida em conta para o próximo ano, até como forma de fixação de jovens.----------

----- O senhor deputado *João Tiago* disse que a questão fiscal era a menos importante para a fixação de jovens, a demografia é uma questão que tem que ser debatida com vários intervenientes, e as medidas estruturais que o município tem que tomar provavelmente, a população não vai gostar. O principal atrativo dos jovens é o emprego, que o município teve a capacidade de atrair há já alguns anos, e a habitação, que agora está a ser tratada pela Estratégia Local de Habitação.----------

----- A senhora *Patrícia Almeida* questionou quantos postos de trabalho para os jovens, e quantos postos qualificados, foram criados, nestes anos de governação socialista.-----

----- O senhor vereador *Joaquim Patrício* informou que em sede de reunião da Câmara Municipal de Mangualde foram apresentadas uma série de propostas da coligação PSD/CDS que não mereceram acolhimento. ----------

----O senhor *presidente da Assembleia Municipal* informou que se a proposta da coligação fosse aceite, remetia o IMI para baixo dos 0,3% que recomenda a Lei, o que não seria permitido. ----------

----- A senhora *Catarina Lourenço* reconheceu o erro de cálculo, mas esta discussão tinha valido a pena para uma possível evolução na fixação de jovens, e esta proposta ficava então como recomendação à Câmara Municipal. ----------

----- O senhor *João Tiago* propôs que as propostas que são para serem votadas antes da ordem do dia devem ser entregues á Mesa antes da reunião, para que assim se evite votar propostas cujos assuntos estão na ordem do dia, e haver discussão em duplicado. --------

----- O senhor *José Manuel Ferreira* disse que a Câmara Municipal de Mangualde já investe muito dinheiro no apoio e recolha de animais, não só no CROI como também na GRUMAPA, e este é um problema de mentalidades, porque por vezes põem-se armadilhas para apanhar os animais, e as pessoas furtam-nas, alimentam os cães e estes assim continuam a vaguear pela cidade. ----------

MANGUALDE
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O senhor *Raúl Matos* alertou para um perigo iminente no cruzamento da Sr.ª do Castelo onde circulam vários autocarros que não têm condições de fazer manobras. -----

----- A senhora *Patrícia Almeida* apresentou a seguinte proposta: *"alargamento do horário de funcionamento da Biblioteca Municipal durante a semana até às 19h00 e sábado até às 17h00 em janeiro e até 15 de fevereiro e ainda durante os meses de junho, julho e agosto."*----------

----- O senhor *João Tiago* informou que em tempos o horário da Biblioteca Municipal foi alargado e depois voltou ao normal, porque o número de pessoas que desse horário usufruía era ínfimo e não compatível com determinados custos, para além deste momento se estar a viver uma situação pandémica, pelo que o PS votaria contra esta proposta. ----------

----- A senhora *Patrícia Almeida,* mais referiu que relativamente ao número de utilizadores, que esta proposta era para as épocas em que supostamente há mais tendência para os estudos, na época de exames. Quanto á pandemia, há diversas maneiras de organizar um espaço, para além do uso das máscaras, do distanciamento e outras normas. ----------

----- Posto esta proposta a votação, a mesma foi rejeitada com vinte e cinco votos contra do PS e Juntas de Freguesia, e oito votos a favor da coligação PSD/CDS e CHEGA. ----

----- A senhora *Liliana Gomes* fez a seguinte declaração de voto: *"votava contra, não só pela ineficiência demonstrada pelo Eng.º João Tiago, e sem querer retirar o mérito á intenção da proposta, não estando no âmbito das competências da Assembleia Municipal, mas sim da Câmara Municipal, pelo que estando nós desprovidos de competência nessa matéria, não poderíamos votar favoravelmente a proposta."* ---------

----O senhor presidente da Câmara Municipal, *Marco Almeida*, respondeu que não cabia ao presidente da Câmara Municipal agendar as sessões da Assembleia Municipal de Mangualde, mas sim ao seu presidente, e esta sessão está agendada dentro do estipulado por Lei.----------

----Relativamente aos passes escolares seria dada resposta pelo senhor vereador Rui Costa, que é quem tem o pelouro da educação. ----------

MANGUALDE
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----A questão das matilhas, foi dada resposta pelo senhor José Manuel Ferreira, o município vai reforçar o quadro de pessoal com dois assistentes operacionais para que assim possamos dar resposta a um problema que temos vivido aqui no concelho de Mangualde.----------

----Quanto ao IC12, este não era um problema só do município de Mangualde, dos eleitos do PS, mas também de todos os mangualdenses, pelo que era com agrado que via essa posição de defesa, intransigente da coligação, relativamente ao IC12.----------

----À Dr.ª Sara Sousa, sabendo das dificuldades que o comercio local tem vivido ao longo destes dois anos, dizia que os vouchers foi uma resposta que o município entendeu dar, para fazer face aquilo que é um problema. ----------

----Relativamente á Rua Diamantino Furtado, questionada pela Dr.ª Catarina Lourenço, tem havido várias reuniões com o promotor/loteador daquela obra e há um compromisso para encontrar soluções, e caso este não cumpra, em último caso a Câmara Municipal terá que resolver os problemas daquela zona e daquelas pessoas que ali vivem.----------

----O Programa de Apoio á Habitação já foi presente nesta Assembleia Municipal através da Estratégia Local de Habitação, e agora há um acordo para financiar cento e dez habitações, destinadas a famílias carenciadas, mais ou menos duzentas e setenta e duas pessoas, que envolve um investimento de mais de 7000000,00€ (sete milhões de euros), para os Bairros da Nossa Sr.ª do Castelo, Municipal e Gândara, casas propriedade da autarquia.----------

----A Barragem de Fagilde, e os terrenos do senhor António Fortes, nada têm a ver com a Barragem, mas sim com um compromisso estabelecido para dar resposta a um problema das ensecadeiras, pelo que não tinha mais informação oficial sobre o assunto.

----A questão dos postos de testagem, era uma boa proposta e estes assuntos têm sido tratados no âmbito da Comissão Municipal de Proteção Civil, pelo que neste momento não há necessidade de se instalarem novos postos.----------

----A questão levantada pelo senhor Raúl Matos, do CHEGA, vai ser tida em consideração, e consultados os serviços técnicos para analisar a situação. ----------

----Os ecopontos, foi feito um investimento de cerca de 1000000,00€ (um milhão de euros), como forma das boas práticas ambientais. Existe ainda um projeto, entre a Câmara Municipal, o Agrupamento de Escolas de Mangualde e o Planalto Beirão para a criação de ilhas de compostagem, que também se pretende que seja alargado a todo o concelho.----------

----O senhor *presidente da Assembleia Municipal* informou que, relativamente á data desta sessão da Assembleia Municipal, há muitas outras assembleias municipais de outros concelhos a realizarem-se em datas mais tarde do que esta. ----------

----O senhor vereador *Rui Costa* informou que nos passes escolares, a Câmara Municipal não tem nenhuma competência na fixação dos preços, isso resulta de tabelas do IMT, entidade que tutela os transportes, e a autarquia limita-se a cumprir o determinado. A Câmara Municipal tem a obrigação de pagar 50% do custo do passe no ensino secundário, porque neste último, os escalões da ação social escolar terminam no terceiro ciclo do ensino básico.----------

----- *Ponto Primeiro da Ordem do Dia* **"Apreciação da Informação Escrita sobre a atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo"** ----------

----- A senhora *Maria Cunha* questionou sobre de que se tratava o inquérito referido na informação financeira.----------

----- O senhor *presidente da Câmara Municipal, Marco Almeida*, disse não saber do que se tratava.----------

----- O senhor *presidente da Assembleia Municipal, Elisio Oliveira*, explicou que quando era presidente de Câmara Municipal também, várias vezes foi questionado sobre o constante na informação financeira, e pelo que sabia, nesta só tinha que constar o número dos processos, e não a que, ou quem se referiam, por questões de sigilo.----------

----- A Assembleia Municipal de Mangualde tomou conhecimento.

----- *Ponto Segundo da Ordem do Dia* **"Regimento da Assembleia Municipal de Mangualde 2021/2025"** - Proposta de Revisão do mesmo ----------

----- De acordo com o proposto na sessão extraordinária de dois de novembro, do corrente ano, foi constituído um grupo de trabalho pelos membros da Assembleia

Municipal de Mangualde, do qual faziam parte os senhores: Elisio Oliveira, presidente da Assembleia Municipal, Rafael Nunes, do PS, Catarina Lourenço, da coligação PSD/CDS, e Carla Siva, do CHEGA. ----------

----- Da reunião, que ocorreu via internet, foram acordadas as seguintes alterações ao Regimento da Assembleia Municipal de Mangualde, para o mandato de 2021/2025, a saber: *"Artigo 2.º - 1.1 - u) ... previstas no capítulo IV do título III, da Lei 75/2013, de 12/9"; "Artigo 9.º - 1- ... por edital e por carta registada com aviso de receção, protocolo, ou por email. Quando a…"; "Artigo 18.º - 2 – Os/As cidadãos/ãs interessados/as em intervir terão de fazer, até ao início da sessão, a sua inscrição, …"; "Artigo 36.º - 1 — ... do que de essencial nela se tiver passado, questões colocadas e respetivas respostas, recomendações, moções, indicando, designadamente, …"; "Artigo 49.º - (… a 30 dias e Substituição)".* ----------

----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.----------

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com trinta e três votos a favor.----------

----*Ponto Terceiro da Ordem do Dia* **"Terceira Revisão às Grandes Opções do Plano para o ano de 2021/Plano Plurianual de Investimentos"** – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal----------

----Os pontos terceiro e quarto foram apreciados em conjunto e votados separadamente.

----A senhora *Maria Cunha* disse que se fossem ouvidos os partidos da oposição, aquando da elaboração do Orçamento, não seriam necessárias tantas revisões, pelo que a bancada da coligação votaria contra. ----------

----Tomou a palavra o senhor *João Tiago* para explicar que esta revisão decorre da Lei, porque quando uma obra, ou outro procedimento, é inscrito em dois orçamentos, ou seja, passa de um ano para outro, tem que ser desorçamentado no ano um, e cabimentado novamente, como é o caso da Etar de Cubos e do Cineteatro. ----------

----A senhora *Catarina Lourenço* informou que a obra do Cineteatro já estava orçamentada há dois ou três anos, e como nunca se sabe quando haverá uma alteração ao Orçamento, a bancada da coligação votará contra neste ponto. ----------

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e seis votos a favor, seis votos contra da coligação PSD/CDS, e a abstenção do presidente da Junta de Freguesia da Freixiosa, aprovar a terceira revisão às G.O.P. para o ano de 2021. ---------

----*Ponto Quarto da Ordem do Dia* **"Terceira Revisão ao Orçamento para o ano de 2021"** – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal----------

---Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e seis votos a favor, seis votos contra da coligação PSD/CDS, e a abstenção do presidente da Junta de Freguesia da Freixiosa, aprovar a terceira revisão ao Orçamento para o ano de 2021.

----*Ponto Quinto da Ordem do Dia* **"Informação interna n.º 9382/2021 do serviço de execuções fiscais, de 27 de agosto, referente à declaração de prescrição de processos de execução fiscal dos meses de janeiro a março de 2020"** – Aprovação e Votação da Declaração de prescrição de acordo com proposta da Câmara Municipal----------

----A senhora *Carla Silva*, do CHEGA, disse que o seu grupo votaria contra porque não entendia por que razão a autarquia deixava prescrever os processos, seria suposto fazerem as cobranças do consumo de água dentro do prazo oferecido pela Lei, e questionava quais eram os processos prescritos. ----------

----Interveio a senhora *Liliana Gomes* para explicar que era com angústia que olhava para este assunto porque traduzia uma ineficiência organizacional, mas também uma injustiça tributária e social. Contudo não podia imputar este problema aos serviços do município, mas sim á Lei dos serviços públicos essenciais e aos prazos estipulados.-----

----Sabia de antemão que o município celebrou um protocolo com a autoridade tributária e aduaneira (AT) para resolver este assunto, ou seja, a Câmara Municipal de Mangualde vai transferir para a AT a responsabilidade pela instauração e tramitação das execuções fiscais, o que representa duas vantagens: o vigilo fiscal deixa de poder ser invocado pela AT que irá usá-lo, e também tem acesso ao património dos devedores. Assim irão ser atenuados estes valores e otimizado este serviço.----------

----O senhor *Raúl Matos* disse que desta lista fazem parte famílias carenciadas, e se este assunto vai ser tratado pela AT, muito menos dinheiro haverá para pagar. Seria preferível

a Câmara Municipal criar condições às famílias para que pudessem pagar, e ir recebendo alguma verba, do que ir pela penhora de bens. ----------

----A senhora *Catarina Lourenço* disse que também já tinha conhecimento deste acordo com a AT onde a autarquia suporta parte dos custos dos processos, o que significa que todos aqueles que não é possível penhorar, a autarquia vai continuar sem receber. Este acordo é um passo para melhorar a situação, mas entendia a sua bancada que não era correto. Com este acordo, há a possibilidade de criação de um regulamento que isente famílias que comprovadamente tenham necessidade e não consigam pagar a água. A injustiça maior nesta situação, são as famílias carenciadas que pagam, e pagam com taxas aplicadas ao atraso no pagamento. ----------

----O senhor *João Tiago* disse que há cerca de oito anos que temos este problema e agora a Câmara Municipal teve a razoabilidade de tentar aprender com instituições que têm o mesmo problema. Com este acordo, as pessoas irão pagar, porque hoje em dia é preciso um documento de não divida para vários assuntos, contratos, e as pessoas serão estimuladas a cumprir os seus deveres. Para os carenciados, já existe no Regulamento dos serviços públicos municipais, exclusões suficientes para serem bem aplicadas. ----------

----A senhora *Liliana Gomes* explicou que as despesas que ocorrem com os processos, e para o município, serão as de anulação da dívida ou do processo de execução fiscal. ----

----Relativamente às taxas, a entidade reguladora, não permite que o município isente de taxas na questão da água.----------

----As famílias desfavorecidas, quem nada tem nada deve, e o município tinha que tomar medidas para resolver problema. ----------

----Tomou a palavra a senhora *Catarina Lourenço* para dizer que em tempos foi dito que a receita da água dos que pagavam fora do prazo, cobria a despesa dos que não pagavam, pelo que é mais um motivo de injustiça, para ser resolvido, e é por esse argumento que votamos contra. ----------

----O senhor *presidente da Câmara Municipal* disse que os vereadores da coligação PSD/CDS votaram favoravelmente este assunto na reunião de Câmara Municipal e os senhores deputados na Assembleia Municipal irão votar contra.----------

----A autarquia encontrou uma ferramenta que não tem custos, é eficaz, utilizamos um serviço que está preparado para dar resposta àquele que é um problema do município. --

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor, oito votos contra da coligação PSD/CDS, e do CHEGA, e a abstenção do presidente da Junta de Freguesia da Freixiosa, declarar a prescrição do direito ao recebimento do preço pelos serviços prestados relativos a taxas de fornecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais, resíduos sólidos urbanos, taxa de gestão de resíduos, taxa de conservação de redes, taxa de resíduos hídricos-água, taxa de controlo de água, bem como o respetivo IVA, com processos de execução fiscal instaurados e em curso no município de Mangualde, melhor identificados nos mapas anexos à informação apresentada, e respeitantes aos meses de janeiro a março de 2021, nos termos e com os fundamentos nela descritos, conforme informação de reunião de CMM de 13/09/2021. -

----A senhora *Catarina Lourenço*, da coligação PSD/CDS, fez a seguinte declaração de voto: ”*a bancada do PSD/CDS reconhece que estão prescritas as dívidas, não é por isso que votaram contra. Relativamente ao que está proposto, achamos que tem que ser cobrado a todas as pessoas, e não a algumas, a proposta do executivo para resolver esta situação, não é a que nós gostaríamos que fosse apresentada, uma vez que trará mais custos, nomeadamente nos processos de penhora, mesmo a quem pode pagar, desproporcionais, e nesse sentido votámos contra.”*----------

----*Ponto Sexto da Ordem do Dia* **“Informação interna n.º 9383/2021 do serviço de execuções fiscais, de 27 de agosto, para correção da informação interna n.º 2372/2020, de 10 de novembro, referente à declaração de prescrição de processos de execução fiscal do mês de dezembro de 2019”** – Votação da Retificação de deliberação de acordo com proposta da Câmara Municipal - ----------

----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.----------

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com trinta e um votos a favor, dois votos contra do CHEGA, retificar a deliberação de acordo com proposta da Câmara Municipal, e retirar da listagem Fábio de Brito Abrantes.----------

MANGUALDE
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----*Ponto Sétimo da Ordem do Dia* **"Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e Protocolo de Colaboração 2021 com a União de Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta"** – Aprovação e Votação da autorização à Câmara Municipal ----------

----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.----------

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com trinta e três votos a favor, dar autorização à Câmara Municipal de Mangualde para a celebração da adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências e protocolo de colaboração 2021, celebrado com a União de Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta, no valor de 12000,00€, para construção do passadiço, em Pinheiro de Baixo.

----*Ponto Oitavo da Ordem do Dia* **"Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - Taxas a aplicar em 2022"** - Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal

---- O senhor *João Tiago* disse que a sua bancada se congratulava por o executivo ter, pelo segundo ano consecutivo, apresentado uma proposta para a redução do IMI, e que no próximo ano irá reduzir novamente. Isto significa que a Câmara Municipal terá uma redução da sua receita de impostos de 600000,00€ (seiscentos mil euros).----------

----O senhor *Raúl Matos* disse que o CHEGA não é a favor do IMI, os contribuintes estão atualmente onerados com uma cascata de impostos. A receita obtida com este imposto é desnecessária, se o Estado souber conter a despesa. Não há nenhuma razão ética ou jurídica que possa sustentar a existência de liquidação deste imposto. Pugnamos pelo fim deste imposto aos senhores deputados, tenham a coragem de ver e distinguir o que é melhor para os cidadãos. ----------

----A senhora *Sara Sousa* interveio para dizer que se espantava com os argumentos que vinham da direita contra a política fiscal. Neste Orçamento e PPI, podemos ver a política fiscal articulada com a política social. Todos queremos melhores condições de vida, e a prática do imposto é uma forma de levar as pessoas a tomar determinadas atitudes, e ações. A questão que se coloca é que Estado é que nós queremos, nós defendemos um Estado social, e este é um Estado interventivo, e para que assim possamos exigir despesa pública tem que haver receita pública. ----------

MANGUALDE
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Tomou a palavra a senhora *Patrícia Almeida*, que em nome da bancada do PSD/CDS se congratulou por o PS ter colocado no seu programa eleitoral, aquando das eleições autárquicas, uma medida igual á sua, que é a redução da taxa de IMI de forma gradual até aos 0,30%.----------

----Relativamente ao IMI havia ainda outra questão que era o preço por m2 para cálculo do IMI, este aumentou, por isso é que se devia reduzir este imposto para 0,30%. --------

----O senhor *João Tiago* disse que se quisermos ter bens sociais e públicos temos que ter impostos, e questionou a Câmara Municipal sobre se tinha sido esta a aumentar o preço por m2 dos prédios rústicos, pois esta decorre da AT.----------

----A senhora *Catarina Lourenço* respondeu que não competia á autarquia definir o valor por m2, compete ao Governo, e neste momento está em 640,00€ (seiscentos e quarenta euros), e posto isto, a Câmara Municipal podia ter proposto já para este ano 0,30%. De qualquer forma, congratulava-se que no próximo ano seja proposto 0,30%, e neste ponto iriam votar a favor. ----------

----- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com trinta e três votos a favor, as taxas de IMI de 0,8% para os prédios rústicos e 0,320% para os prédios urbanos, com as demais atualizações e especificações decorrentes da Lei e constantes da deliberação da Câmara Municipal de Mangualde, de 16/12/2021. ----------

----*Ponto Nono da Ordem do Dia* **"Derrama para o Ano de 2022" -** Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal ----------

----O senhor *João Tiago* disse que as receitas próprias do município são muito importantes, pois é através destas que se adequa uma estratégia de desenvolvimento, que é gerida localmente, com as mais valias, com a riqueza que se cria no território, e se pode baixar ou não as taxas e os impostos. A maioria das empresas em Mangualde paga pouco de derrama pela forma como é constituída a sua dimensão, são micro e pequenas empresas, pelo que esta taxa é pouco afetante na vida das empresas.----------

----O que os pequenos municípios deviam pugnar, para terem receita, era exigir do Governo que esta cobrança fosse feita com justiça, ou seja, a tributação da derrama deve

ser entregue no sítio onde está a instalação, e não a sede, até por critérios de justiça ambiental.----------

----O senhor *Raúl Matos* disse que a derrama é um imposto da autarquia que incide sobre o volume de negócios das empresas, e dentro dos limites da Lei, esta pode cobrar mais ou menos taxa. O setor mais afetado como a restauração, pastelarias, cafés, bares, e outros estabelecimentos comercias, com volume de negócios inferior a 50000,00€ (cinquenta mil euros), deveriam ser isentos desta taxa, no entanto votavam a favor neste ponto. ----

----A senhora *Catarina Lourenço* disse também concordar que as empresas deveriam pagar a derrama no sítio onde estão instaladas, e não no local da sede social. ----------

----A proposta de derrama para este ano, já foi aprovado no ano anterior algo semelhante, ou seja, esta medida mantém-se, pelo que a coligação PSD/CDS propõe "*isenção de derrama aplicável para o ano de 2022 às empresas cujo volume de negócios seja inferior a 150000,00€ (cento e cinquenta mil euros) no ano anterior e com sede social no concelho de Mangualde.*" A perda de receita para a Câmara Municipal, com esta taxa, será de cerca de 300000,00€ (trezentos mil euros), pelo que o impacto da isenção proposta será diminuto. ----------

----Posto esta proposta à votação, de isenção da taxa de derrama para empresas com volume de negócios até 150000,00€ (cento e cinquenta mil euros), pela bancada da coligação PSD/CDS, a mesma foi rejeitada com seis votos a favor, do PSD/CDS, e vinte e sete votos contra, do PS, CHEGA e Juntas/Uniões de Freguesia. ----------

----- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e seis votos a favor, seis votos contra da coligação PSD/CDS, e a abstenção do presidente da Junta de Freguesia da Freixiosa, o lançamento de derrama à taxa de 1% sobre o lucro tributável gerado em 2021, e uma taxa reduzida de 0,5%, para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150000,00€. ----------

----*Ponto Décimo da Ordem do Dia* **"Participação no IRS em 2022"** – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal ----------

----Interveio a senhora *Catarina Lourenço* para dizer que apresentava uma proposta de participação no IRS porque a proposta de isenção de derrama foi chumbada, e por esse

facto, havia câmaras municipais que estavam a prescindir desta participação e também aprovaram para 2022 o IMI a 0,30%. Pelo que se pode constatar no Orçamento e PPI, pelo que já foi dito sobre o IMI, achamos que é possível haver uma descida na *taxa de participação do IRS para 3,5%, a vigorar a partir de 2022*", sendo esta a nossa proposta.

----O senhor *João Tiago* disse que era favorável a esta medida, e dado que estamos em "suicídio demográfico" é cada vez mais difícil equacionar a perda de receita do que mexer noutra relativamente a bens físicos, pelo que é preciso alguma prudência. ----------

----As boas práticas de gestão dizem-nos que se baixamos um imposto, é melhor esperar por outra oportunidade para baixar outro imposto ou taxa, pelo que a bancada do PS votaria a favor da manutenção das taxas de IRS. ----------

----A senhora *Catarina Lourenço* disse que a proposta do PSD/CDS tinha uma diferença de 0,5%, 3,5%, pelo que era exequível para a Câmara Municipal. ----------

----A senhora *Sara Sousa* disse que tínhamos todos de contribuir para que o Estado de direito redistribua, e os mais carenciados tenham acesso aos recursos.----------

----O senhor *presidente da Câmara Municipal*, disse que há a proposta de redução do IMI de forma gradual até 2023, a derrama e o IRS, neste momento não podemos ir mais além, porque somos rigorosos na gestão dos dinheiros públicos. O município tem vindo a reduzir a dívida porque há uma boa gestão dos dinheiros públicos, e nunca aumentou os impostos. A Câmara Municipal pode hoje recorrer a projetos financiados comunitários porque dispõe de verba para os comparticipar, porque há uma boa gestão dos dinheiros públicos, e aquilo que o tempo nos diz, é que tem vindo dar a razão aos projetos políticos do PS, e por isso está a frente do município á doze anos, e por este andar, muitos mais vai estar.----------

----Posto esta proposta à votação, de redução de participação no IRS para 3,5% pela bancada da coligação PSD/CDS, a mesma foi rejeitada com sete votos a favor, do PSD/CDS e presidente da Junta de Freguesia da Freixiosa, e vinte e seis votos contra, do PS, CHEGA e restantes Juntas/Uniões de Freguesia. ----------

----- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor, nove votos contra da coligação PSD/CDS, CHEGA, e presidente da Junta

de Freguesia da Freixiosa, aplicar uma participação de 4% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio neste concelho, relativa aos rendimentos do ano de 2022. ----------

----*Ponto Décimo-Primeiro da Ordem do Dia* **"Taxa Municipal do Direito de Passagem – Percentual a aplicar em 2022"** – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal----------

----A senhora *Maria Cunha* interveio para dizer que o PSD/CDS votariam a favor, mas solicitavam que fosse diligenciado junto das empresas de telecomunicações para que a colocação dos cabos passasse a serem subterrâneos, uma vez que o concelho está inundado de cabos aéreos.----------

----O senhor *João Tiago* concordou com a solicitação da deputada do PSD/CDS, e que os custo com as instalações subterrâneas não fossem repercutidos nos consumidores. ---

----- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com trinta e três votos a favor, aplicar a taxa municipal de 0,25%. ----------

----*Ponto Décimo-Segundo da Ordem do Dia* **"Autorização prévia da Assembleia Municipal de Mangualde para Assunção de Compromissos no ano de 2022, nos termos da al. c), n.º 1, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21/2"** - Aprovação e Votação da proposta apresentada pelo presidente da Câmara Municipal ----------

----- A senhora *Maria Cunha* disse que a sua bancada votaria a favor neste ponto, embora gostassem que lhes fosse facultado o nome das empresas, aquando dos procedimentos, antes de serem escolhidas e realizados os contratos, para que desta forma existisse mais transparência. ----------

----- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com trinta e três votos a favor, autorizar a Câmara Municipal de Mangualde a assumir compromissos plurianuais, no ano de 2022, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público–privadas.--------

----*Ponto Décimo-Terceiro da Ordem do Dia* **"Proposta das Grandes Opções do Plano para o ano de 2022, que incluem o Plano Plurianual de Investimentos e as**

Atividades mais Relevantes (PPI) e Orçamento da Receita e da Despesa para 2022" - Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal ----------

----A senhora *Fátima Tavares* disse que a bancada do PS votaria a favor as GOP e Orçamento. Este é o maior Orçamento de sempre, superior a 34000000,00€ (trinta e quatro milhões de euros), elaborado com todo o rigor, transparência e dentro de uma base zero. Do lado da receita está em causa as dotações que vêm do Governo Central, algum apoio de âmbito comunitário, e uma pequena parte vinda dos impostos e taxas do município. Do lado da despesa ou investimento, há medidas que visam uma melhoria de vida dos mangualdenses, como por exemplo, a Etar de Cubos, a reabilitação do Cineteatro, a manutenção do Pavilhão Municipal, o apoio ao desporto, às várias coletividades de associativismo, o Parque Natural da Cidade, a requalificação do Castro do Bom Sucesso, varias reabilitações da rede viária, reabilitação das Piscinas Municipais, apoio aos serviços de saúde, a reabilitação de cento e dez habitações, são algumas das opções que estão contempladas neste Orçamento, de forma a tornar Mangualde um concelho mais atrativo para fixar pessoas. ----------

----O senhor *João Tiago* disse que de facto este é o maior Orçamento de sempre e de base zero, e por isso se consegue prever quais serão as receitas que vamos ter e as despesas que queremos fazer. Este Orçamento procura responder a três emergências: a energética em que o custo da eletricidade subiu em todo o mundo; a climática, em que obriga a uma proteção civil mais ágil, mais presente no território, mais cotidianamente disponível; a transição digital, e apostar na formação dos quadros do município e na desmaterialização dos processos de urbanismo até ao final de 2022. ----------

----Este Plano é plurianual e há rubricas que só têm um euro inscrito, porque é para estarem preparadas para se fazerem os investimentos. ----------

----A senhora *Catarina Lourenço*, quanto a este Orçamento e PPI, elogiou a questão da Etar de Cubos, no entanto achava que estas previsões não correspondiam às necessidades dos mangualdenses. Deveria ser criado um polo tecnológico que criaria postos de trabalho qualificados, fixando pessoas em Mangualde e trazer mais empresas.

----Também dizia que não eram contra os impostos e as taxas, mas se a eletricidade vai aumentar, também vai pesar aos munícipes, pelo que todas as questões têm que ser ponderadas.----------

----Pensava ainda que devia haver mais medidas de incentivo á natalidade e poderia ser feito um debate que incluísse todos os membros da Câmara e Assembleia Municipal.--

---- Relativamente à receita de impostos, prevê-se uma receita de IMI de cerca de 2057000,00€ (dois milhões e cinquenta e sete mil euros), menos 3000,00€ (três mil euros) que no orçamento anterior; havia ainda margem para descer as taxas fixas e variáveis aplicáveis na fatura da água; na política ambiental, o executivo poderia ter ido ainda mais longe, às juntas de freguesia deveria ter sido aumentado o seu orçamento para que pudessem implementar a erradicação definitiva da aplicação do glifosato, proposta já aprovada em sessão da Assembleia Municipal.----------

----Quanto ao bem-estar animal deveria ter sido delineada uma estratégia mais alargada, e propomos a criação de parcerias ou protocolos entre este concelho e concelhos vizinhos, visto que o CROI é insuficiente para dar respostas. ----------

----No Plano Plurianual verificamos uma diminuição de verba na transferência do Estado para a autarquia, pelo que gostaria que nos fosse explicado o porquê dessa diminuição que é bastante substancial, cerca de 1200000,00€ (um milhão e duzentos mil euros). Há ainda uma despesa de cerca de 9654000,00€ (nove milhões seiscentos e cinquenta mil euros) relativamente á aquisição de bens e serviços, um valor elevado para despesa, mas que poderá ser controlado pela autarquia, diminuindo este valor nesta rubrica. Pelo exposto o PSD/CDS votará contra este PPI e Orçamento. ----------

----A senhora *Sara Sousa* disse que este era o maior orçamento de sempre e que revelava a política fiscal que vai ao encontro das políticas sociais, da satisfação das necessidades coletivas, por isso questionava a senhora Catarina Lourenço onde é que lia que este orçamento não revê a melhoria de qualidade de vida das pessoas. ----------

----A senhora *Patrícia Almeida* disse ser notória a falta de políticas de fixação dos jovens.----------

----Ao analisar o Orçamento lê-se que há obras inscritas de outros anos, mas para agora e para o futuro falta rasgo, principalmente junto das freguesias, inclusivamente das mais distantes. Há também, aquando da execução das obras, que estas sejam pensadas devidamente, pois foi feita uma repavimentação num troço de estrada em Vila Cova de Tavares, onde só cabem carros pequenos e não foi feita a ligação do saneamento básico.

----Também recomendava que fossem repensadas as fórmulas de cálculo das transferências de verba para as juntas de freguesia, pois são transferências diminutas tendo em conta a ambição de cada junta/união de freguesia para desenvolver as suas aldeias. ----------

----O senhor *João Tiago* explicou que a fixação de jovens e a demografia de um concelho só se faz com políticas regionais, com a CIM Viseu Dão Lafões. Quanto ao polo tecnológico, temos algo parecido que é o Projeto Drives, que consta do Orçamento, e que está relacionado com a indústria automóvel. ----------

----A senhora *Sara Sousa* sugeriu à senhora Patrícia Almeida que lesse nas entrelinhas, pois quando no IMI se prevê uma redução de 20% no arrendamento, a quem se destina?

----O senhor *José Manuel Ferreira* disse que este Orçamento é realista, ambicioso, rigoroso e sustentável, onde mais de 50% do seu valor é para investimento, na rodovia, regeneração urbana, ambiente, na transformação energética e digital, na melhoria de vida das famílias, que promove o equilíbrio orçamental e a redução da dívida pública. -

----A senhora *Catarina Lourenço* questionou, relativamente á receita de IMI prevista, se já tem em conta a atualização do preço do m2 para efeitos de avaliação.----------

----Relativamente á política de atração de jovens, também se preocupam com os jovens que já residem no concelho, e por isso recomendava a criação de um gabinete para jovens onde fosse possível apoiá-los e acompanhá-los a fazerem investimentos nas diversas áreas.----------

----Ainda no que se refere ao IMI e aos prédios devolutos, achavam que deveria haver incentivos á reconstrução e reabilitação de imóveis, como por exemplo redução do valor das taxas de licenciamento de obras. ----------

MANGUALDE
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----A senhora *Liliana Gomes* esclareceu que a atualização do valor por m2 do IMI só será aplicado às avaliações em 2022.----------

----O senhor *presidente da Câmara Municipal* respondeu que o valor do IMI inscrito é o valor médio dos últimos dois anos.----------

----As taxas da água para serem reduzidas, o município tem que pedir autorização à ERSAR.----------

----Este Orçamento para 2022 está vocacionado para responder ao atual Quadro Comunitário 2020, mas também ao próximo Quadro Comunitário 2030, assim como o PRR. Este documento também procura dar resposta aos grandes desafios que a nossa sociedade atravessa e preocupa-se com as alterações climáticas. Quanto a estas o que está em causa são os reforços humanos, materiais e financeiros, que dizem respeito á proteção civil, mas também á situação pandémica que vivemos.----------

----No que diz respeito á transição energética, o autoconsumo e a economia circular são fatores fundamentais para tornar a gestão de despesas mais eficiente e o concelho mais moderno e competitivo. A transição digital, e um concelho digital, é um concelho mais moderno e competitivo, não só no setor empresarial como no público, pelo que será este um compromisso do município.----------

----Quanto aos jovens, está inscrita a requalificação da Escola Felismina Alcântara, há o Projeto Steam, e continuação do apoio nas diversas bolsas para estudantes de diferentes níveis de ensino. ----------

---A ação social, há a Estratégia Local de Habitação; no emprego, o Centro Tecnológico está previsto no próximo PRR. O ambiente, já foram referidas anteriormente várias ações; o associativismo, há o apoio a várias entidades do concelho.

----Equipamentos, está em curso a reabilitação do Cineteatro, a requalificação das Piscinas Municipais, apoio ao comercio local. No setor primário, agricultura e floresta, zona de acolhimento empresarial de base rural, projetos de reflorestação, em várias freguesias. Na regeneração urbana, está previsto a requalificação do Largo das Carvalhas, do Largo da Misericórdia, entre outras ruas e arruamentos. ----------

----Votar contra este Orçamento é votar contra os investimentos previstos na área social, na área da educação, do que está previsto nos acordos para as freguesias, é votar contra as políticas ambientais orçamentadas, é votar contra a requalificação das estradas nalgumas freguesias, e do desenvolvimento do concelho de Mangualde.----------

----- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e seis votos a favor, seis votos contra da coligação PSD/CDS, e a abstenção do presidente da Junta de Freguesia da Freixiosa, o PPI, as Atividades mais relevantes, bem como a delegação de competências, competências de delegação legal e competências próprias das juntas de freguesia para ano 2022 – atividades mais relevantes, com indicação do montante global que será transferido para cada uma das juntas de freguesia, e o orçamento municipal para o ano de 2022 e respetivas normas de execução.----------

----A senhora *Catarina Lourenço*, da coligação PSD/CDS, fez a seguinte declaração de voto: ”*a coligação PSD/CDS vota contra este Orçamento e GOP por ter uma evidente falta de visão estratégica, não acrescenta nada ao concelho em termos de inovação tecnológica, não tem politicas viradas para as empresas jovens e famílias, limita-se a fazer um equilíbrio entre a despesa e a receita, deixa as juntas de freguesia num segundo plano, e se uma tem que ter obra, têm que ter todas, esquece as medidas que poderiam levar Mangualde a um patamar superior face ao concelhos vizinhos, é um Orçamento insuficiente, que poderia ir muito mais longe.”*----------

----*Ponto Décimo-Quarto da Ordem do Dia* **“Mapa de Pessoal para 2022” – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal** ----------

----- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia. ----------

----- ----------

----- Dado o adiantado da hora, quando era uma hora e cinco minutos do dia vinte e oito, os trabalhos desta sessão foram suspensos por cinco minutos. ----------

----- A sessão foi retomada á uma hora e dez minutos.----------

----- ----------

----- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com trinta e três votos a favor, o mapa de pessoal para 2022 e respetivos anexos. ----------

MANGUALDE
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----*Ponto Décimo-Quinto da Ordem do Dia* **"Vinculação de Trabalhadores Contratados a Termo, colocados nas Autarquias Locais no Âmbito da Transferência de Competências da Administração Central para a Administração Local, na área da Educação/Recursos Humanos – Pessoal não Docente" -** Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal ----------

----O senhor *João Tiago* disse que as transferências de competências e os seus recursos humanos fazem crescer o orçamento de forma considerável, e obviamente o PS votava a favor. ----------

----Gostaria de perceber se o PSD/CDS é a favor ou contra as transferências de competências, uma vez que este Orçamento contempla pagamento de salários das pessoas que estão, neste momento, ao abrigo dessas transferências a serem pagas pela autarquia, da mesma forma que no ponto anterior votaram unanimemente uma das maiores fontes de despesa que é o mapa de pessoal.----------

----A senhora *Catarina Lourenço* questionou sobre o procedimento concursal previsto nos documentos enviados, se irá se realizar ou se as vagas já estão atribuídas. ----------

----O senhor *presidente da Câmara Municipal* respondeu que decorre da Lei do Orçamento, da transferência de competências, e havia que reconhecer esta prestação de serviços em termos permanentes para estas pessoas, que estão mencionadas nos documentos.----------

----- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com trinta e três votos a favor, reconhecer as necessidades permanentes deste pessoal, e a abertura do respetivo procedimento concursal.----------

----*Ponto Décimo-Sexto da Ordem do Dia* **"Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e Protocolos de Colaboração com as Juntas de Freguesia do Concelho de Mangualde para 2022"** – Aprovação e Votação da autorização à Câmara Municipal ----------

----- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia. ----------

----- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com trinta e três votos a favor, dar autorização à Câmara Municipal de Mangualde para celebração

dos contratos bem como aprovar os protocolos a celebrar entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal de Mangualde, para 2022.----------

----*Ponto Décimo-Sétimo da Ordem do Dia* **"Transferência de Competências – Ação Social – Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões"** – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal----------

----O senhor *João Tiago* disse que juntos faremos melhor, com ganhos para todos os municípios, e só assim teremos relevância pelo número de pessoas que representamos para podermos exigir do poder central melhorias e mais atribuições de fundos, outras competências, e gerir melhor algum dinheiro, pelo que o PS votaria favoravelmente.----

----- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com trinta e três votos a favor, aprovar e autorizar a presente proposta de transferência de competências da Câmara Municipal de Mangualde para a CIM Viseu Dão Lafões, no âmbito da ação social. ----------

----*Ponto Décimo-Oitavo da Ordem do Dia* **"Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2022 – 2031 – PMDFCI"** - Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal----------

----O senhor *Raúl Matos* disse que faltavam alguns documentos a este processo. Nesta altura de reflorestação dever-se-á criar saídas de emergência, para que em situações de perigo os soldados da paz se possam proteger. A área ardida, era de grande interesse, tanto o valor quantitativo como o esclarecimento público, pelo que pensava que estes pontos seriam melhor analisados. O CHEGA votaria a favor neste ponto. ----------

----A senhora *Catarina Lourenço*, relativamente a este ponto, disse que a bancada PSD/CDS votaria a favor, ressalvando que este Plano necessitava de atualizações, ser revisto, face às novas realidades, existentes em cada ano.----------

----- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com trinta e três votos a favor, aprovar o presente Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2022 – 2031 – PMDFCI.----------

MANGUALDE
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----*Ponto Décimo-Nono da Ordem do Dia* **"Contratação de Empréstimo Bancário de Curto e Médio Prazo, até ao montante de 1000 000,00€ - Anulação"** – conhecimento ----------

----- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia. ----------

----- A Assembleia Municipal de Mangualde tomou conhecimento. ----------

----*Ponto Vigésimo da Ordem do Dia* **"Listagem de Compromissos Plurianuais assumidos pela Câmara Municipal de Mangualde, no período de 8 de setembro de 2021 a 7 de dezembro de 2021, ao abrigo da autorização prévia concedida pela Assembleia Municipal de Mangualde, de 22 de dezembro de 2020, nos termos do art.º 6º, n.º 1, al. c), da Lei n.º 8/2012, de 21/2"** – conhecimento----------

----Tomou a palavra a senhora *Catarina Lourenço* para questionar sobre o contrato com a empresa Tosca, que se refere á compra de expositores para produtos regionais, com execução a noventa dias e celebrado em outubro do corrente ano, para que são estes expositores.----------

----A senhora vereadora da Câmara Municipal, *Maria José Coelho*, respondeu que esta contratação decorre de uma candidatura que foi feita no âmbito de "mercados de proximidade". Esta candidatura englobava uma área de intervenção no mercado municipal, e a compra, aquisição e execução, de equipamentos tipo bancas, amovíveis, para se fazerem mercados de proximidade, descentralizados na cidade, quando houver condições adequadas para tal. ----------

----- A Assembleia Municipal de Mangualde tomou conhecimento. ---------- ----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** ----------

----- Interveio o senhor *Fernando Campos*, de Mangualde, para questionar o senhor presidente da Câmara Municipal de Mangualde sobre as freguesias, mais concretamente sobre o processo de agregação/extinção de 1168 freguesias do país, no âmbito da regionalização administrativa do território imposto pela Lei 11-A/2013, de 28 de janeiro, em execução da Lei 22/2012, de 30 de maio, de maioria PSD/CDS, que mereceu generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos. A extinção de freguesias na generalidade, não trouxe ganhos financeiros,

afastou os eleitos das populações, dificultou a capacidade de intervenção na resolução de problemas, perdeu-se a identidade de cada freguesia e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos. Na legislação de 2013/2017 foram apresentadas iniciativas relativas da Assembleia da República com o objetivo de repor as freguesias extintas de acordo com a vontade das populações, e dos órgãos autárquicos. É com as eleições de 2017 que estas iniciativas foram rejeitadas com o voto do PS, PSD e CDS. De então para cá, as populações continuaram a reivindicar a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade. Os sucessivos atrasos do governo PS na entrega da proposta de lei na Assembleia da República, só no final de dezembro de 2020, o lento andamento dos trabalhos da Comissão competente, e a rejeição do projeto de lei do PCP impossibilitaram a reposição das freguesias no âmbito das eleições autárquicas 2021, como já se tinha verificado em 2017. A Lei 39/2021, de 24 de junho, aprovada, que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias, aprovado pelo PS, PSD, PAN e IL, não responde á reivindicação da reposição de todas as freguesias, pois a obrigação de cumprimento de alguns dos critérios no processo da reposição de freguesias, como determina o diploma, na prática inviabiliza a devolução de muitas freguesias às populações, mesmo que estas o defendam. Apesar das limitações, impõe-se agora intervir para concretizar a dita reposição em todas as situações possíveis. Nesse sentido, deve ser tido em conta que a Lei 39/2021, de 24 de junho, entra em vigor cento e oitenta dias após a sua publicação, ou seja, no final deste ano. Após esta data, e durante um ano, terão início os procedimentos visando a reposição das freguesias extintas, nos termos do artigo 25º, procedimento especial simplificado e transitório, mediante deliberação das respetivas assembleias de freguesias e municipais. ----------

----- Pelo exposto, questionava sobre qual vai ser a posição do senhor presidente da Câmara Municipal, relativamente a este assunto quando for essa a vontade das populações; qual a atuação, articulação e conversa que tem com os presidentes de junta de freguesia, a quem efetivamente diz respeito este assunto; vai o senhor presidente da Câmara Municipal estimular e esclarecer as populações e freguesias afetadas pela

extinção em 2013, a reivindicarem a sua posição; não deveria a Câmara Municipal levar a cabo sessões de esclarecimento sobre esta matéria junto das populações?----------

----- O senhor *presidente da Câmara Municipal* respondeu que seria escusado vir fazer estas questões se tivesse lido a Lei, porque neste concelho, não há nenhuma freguesia que cumpra cumulativamente com os pressupostos definidos pelo Governo. Quanto á posição da autarquia, não houve até hoje, da população de nenhuma freguesia extinta intenção de desagregar. Se calhar seria melhor questionar os presidentes de junta de freguesia se têm ou não interesse em avançar com este processo, e havia que questionar também se as extintas freguesias estão melhor ou mais mal servidas do que estavam anteriormente.---

----Não havendo mais nada a tratar, o senhor presidente da Assembleia Municipal propôs que a presente ata fosse imediatamente aprovada sob a forma de simples minuta, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa. Esta proposta foi aceite e a minuta da ata foi aprovada, por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa. ----------

----Em seguida, quando eram uma hora e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e oito de dezembro, o senhor presidente da Assembleia Municipal deu por terminados os trabalhos desta sessão, encerrando-a.----------

----- Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

----- ----------

O Presidente,

_____

O/A 1º/ª. Secretário/a,

_____

O/A 2º/ª. Secretário/a,

_____